

Delfim, Galvêas e Pastore acertam hoje contraproposta para credores

BRASILIA —

O Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, estará reunido hoje em Brasília com os Ministros da Fazenda, Ernane Galvêas, e do Planejamento, Delfim Netto, para debater a contraproposta que irá apresentar, a partir do próximo dia 28, em Nova York, para a renegociação da dívida externa.

O calcanhar de Aquiles da nova rodada de conversações é o **spread** (taxa de risco) a ser cobrado do Brasil para reescalonar um empréstimo de US\$ 45,3 bilhões, que vence até 1991. Duas semanas de intensas negociações empreendidas por Pastore em Nova York não foram suficientes para um acordo.

Pastore recomeça as negociações no dia 28 provavelmente num clima mais favorável do que o enfrentado na primeira rodada de conversações: enquanto discute em Nova York, o Presidente eleito Tancredo Neves estará em Washington, a partir do dia primeiro, cumprindo uma agenda em que certamente a questão do endividamento externo brasileiro estará presente. O Presidente Ronald Reagan e George Shultz, ex-Secretário de Estado agora na chefia da Casa Civil, são dois dos interlocutores de Tancredo Neves.

Tendo como pano de fundo a renegociação obtida pelo México, o Go-



Galvêas, Pastore e Delfim: reunião para acertar detalhes

verno brasileiro insiste num **spread** de 0,875 por cento sobre a **libor** (taxa interbancária de Londres), contra 1,125 obtido pelos mexicanos. Argumentos principais colocados por Pastore na mesa do Comitê de Assessoramento da Dívida Brasileira, integrada por representantes de 14 bancos credores: a boa performance do País na área externa, com um acúmulo de reservas cambiais, e a grande concentração de amortizações da dívida nestes próximos seis anos.

Pelo pouco que se informou das reuniões das últimas duas semanas, os banqueiros só aceitam discutir **spread** idêntico ao concedido ao México. Pastore tem rebatido tal posição recorrendo à imagem da segurança da dívida brasileira: ela inclui débito de empresas públicas e privadas e, independente do credor, está integralmente avalizada pelo Tesouro Nacional. A dívida mexicana, ao contrário, somente tem o aval do Tesouro para os débitos das empresas

públicas.

A mesma argumentação tem sido usada pelo Presidente do Banco Central para tentar obter condições de renegociação melhores do que as do México: prazo de 16 anos, com sete de carência, contra 14 e quatro de carência conseguido pelo governo mexicano. O Comitê de Assessoramento está contrapondo praticamente as mesmas condições do México, apenas com cinco anos de carência, em vez de quatro.

Os prazos, porém, pelas declarações de Pastore e informações de integrantes do Comitê de Assessoramento, não parecem constituir obstáculo intransponível a um acordo. Na retomada das conversações, no dia 28, a questão central será mesmo, o **spread**, porque este permite determinar, de um lado, se o País pagará menos juros (somente em 1991 a amortização, que inclui principal e juros, atingirá cerca de US\$ 15 bilhões), e fixar por outro, o tamanho dos lucros dos bancos.